



**PARECER PRÉVIO Nº 43/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11186/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Canutama.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Otaniel Lyra de Oliveira (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3870/2022-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Canutama. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas Anuais da Prefeitura Municipal de Canutama, referente ao exercício de 2017 (U.G: 96), de responsabilidade do Senhor **Otaniel Lyra de Oliveira**, Prefeito Municipal de Canutama e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional nº 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº 09/1997.

- 11- **Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 26 de julho de 2022.



**PARECER PRÉVIO Nº 43/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 43/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11186/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Canutama.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Otaniel Lyra de Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3870/2022-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Canutama. Exercício de 2017.

Determinação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

**10.1.1.** Ausência de envio e publicação referente ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestre de 2017 do RREO, conforme sistema e-Contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 165, §3º, da Constituição Federal c/c art. 52 da LC nº 101/00;

**10.1.2.** Ausência de envio e publicação de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referente ao 1º e 2º semestre de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Lei Estadual 2.423/96 c/c Resoluções 15 e 24/13;

**10.1.3.** Ausência de divulgação em meio eletrônico de acesso público, em consulta realizada em 20/04/2018, das informações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Acesso à Informação, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e



**ACÓRDÃO Nº 43/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

ao Relatório de Gestão Fiscal;

**10.1.4.** Ausência de ferramentas de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação (artigo 8º, §3º, inciso I, da Lei nº. 12.527/2011);

**10.1.5.** Ausência de informações sobre a receita dos últimos 6 meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado (artigo 48-A, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000; artigo 7º, inciso II, do Decreto 7.185/2010);

**10.1.6.** Ausência dos dados das licitações e contratos (Íntegra dos editais de licitação, com o termo de referência ou projeto básico; Resultado dos editais de licitação, vencedor - com o valor; Contratos ou ajuste na íntegra) realizadas nos últimos 6 meses contendo (artigo 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011);

**10.1.7.** Ausência de divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público (artigo 7º, §2º, inciso VI, do Decreto 7.724/2012 e Decisão do STF com Agravo ARE 652777);

**10.1.8.** Ausência dos dados das licitações e contratos (Íntegra dos editais de licitação, com o termo de referência ou projeto básico; Resultado dos editais de licitação, vencedor - com o valor; Contratos ou ajuste na íntegra) realizadas nos últimos 6 meses contendo (artigo 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011);

**10.1.9.** Ausência de divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público (artigo 7º, §2º, inciso VI, do Decreto 7.724/2012 e Decisão do STF com Agravo ARE 652777).

**10.2. Determinar** o encaminhamento do Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Canutama, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

**10.3. Determinar** à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 79 da DICOP e de 80 a 120 da DICAMI, listados na fundamentação do Relatório-Voto.



**ACÓRDÃO Nº 43/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Canutama e à Prefeitura Municipal.

**11- Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 26 de julho de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**14- Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral